



Conselho Nacional de Justiça

Memória de Reunião		
Identificação		
Reunião do Comitê de Gestão dos Sistemas Informatizados do Poder Judiciário – CNG-TI		
Data	Horário	Local
01.07.2009	09h30 às 17h40min	Plenário do Conselho Nacional de Justiça - CNJ

Participantes
Secretário Geral e Juízes Auxiliares da Presidência do CNJ , membros do Comitê e convidados

Assuntos Tratados / Deliberações
A reunião foi aberta pelo Dr. Rubens Curado, que ressaltou a importância do trabalho do Comitê Gestor, uma vez que este elabora as políticas institucionais para o Poder Judiciário. Fez ainda uma breve apresentação do Dr. Paulo Cristóvão de Araújo Silva Filho e Dr. Marivaldo Dantas de Araújo, que foram requisitados pela Comissão de Informatização para coordenarem os trabalhos na área de TI. Todos os participantes se apresentaram. Na sequência, o Dr. Rubens apresentou informações sobre os gastos do Judiciário em TI, reforçando a necessidade dos trabalhos do Comitê e de um planejamento estratégico alinhado. O Diretor de TI do TJPA, Mario Tavares, sugeriu o uso dos recursos com registros de preços nacionais como, por exemplo, de equipamentos e software. Uma medida que reduziria de forma significativa os gastos. Segundo o Dr. Rubens, a proposta, que também já foi apresentada por alguns tribunais para aquisições em grande escala, será analisada. Apresentação dos Portes dos Tribunais - Juiz Auxiliar Marivaldo Dantas Os tribunais foram divididos em 4 portes com base no questionário de governança de TI: • Porte dos Tribunais Institucional; • Porte dos Tribunais baseado em tecnologia; • Porte dos Tribunais baseado em Pessoal de TI; • Porte dos Tribunais baseado em automação. Conforme decisão tomada na reunião de líderes, foi atribuída uma importância a cada indicador para mensurar a maior deficiência de cada tribunal, o que investir e onde investir. Indicadores de 1º grau foram retirados dos tribunais superiores, pois estava apresentando uma grande distorção. A adoção desses indicadores permite o estabelecimento de critérios para doações do CNJ. O questionário serve para a realização de medidas práticas para aquisição de micros, impressoras, scanners, servidores. Foi sugerido que cada tribunal tenha sua avaliação individual, assim cada um poderá se avaliar de acordo o porte.

Fica acordado que para este ano o questionário está fechado, sem possibilidade de alterações, e que poderão ser encaminhadas críticas, sugestões e dúvidas para aplicação do próximo questionário, por meio do portal colaborativo, no prazo de 30 dias.

Apresentação E-ping – Nazaré Coordenadora do projeto

Foi apresentado o conceito, histórico, funcionamento, políticas gerais, interoperabilidade, responsabilidades e segurança.

Foi feito o convite para a participação dos interessados nos grupos de trabalho e de coordenação do E-ping.

Levantou-se a questão de padrões para cada esfera, ficando acordado que o subgrupo de Interoperabilidade identificará no prazo de 30 dias, formas de adesão ao E-ping.

Ficou definido que no prazo acima fixado e depois das conclusões do subgrupo responsável pelo tema, o Comitê iria decidir sobre a adesão ao E-ping como modelo de interoperabilidade, com a condição que o Judiciário iria participar da coordenação.

Apresentação do Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão de Processos e Documentos da Justiça Federal – MoReq-Jus - Versão 1.2, adaptado para adoção pelo Judiciário - Juiz Federal Alexandre Libonati

O MoReq-Jus, aprovado pelo CJF para uso de toda a Justiça Federal já recebeu a adesão do STF. Foram apresentados alguns dos requisitos e metadados do MoReq-Jus para diversas funcionalidades, como interoperabilidade, usabilidade, preservação.

Foi deliberado que o Moreq-Jus será disponibilizado no Portal do CNJ para análise e sugestões até o dia 30 de julho, e que, findo o prazo, haverá apreciação conclusiva para submissão do texto ao Ministro Dipp. A nova versão será apreciada, vistas à sua adoção para todo o Judiciário. Discutiu-se a conveniência de se consultar também o mercado de software e foi decidido que tal consulta não será realizada neste momento.

Ministro DIPP - Presidente da Comissão de Informatização e Modernização do CNJ

O Ministro Gilson Dipp falou sobre a política de TI do Judiciário e a sua importância para a modernização das instituições. Ressaltou o relevante papel do Comitê Nacional de Gestão de TI no planejamento de TI, especialmente para a unificação das ações em âmbito nacional.

Reiterou a importância do trabalho do Comitê em relação à gestão e ao desenvolvimento do Poder Judiciário e que a estratégia de TI deverá ser elaborada pelo Comitê para apreciação do CNJ.

Apresentação do Moreq-Jus - Juiz Federal Alexandre Libonati

Na apresentação foi tratada a interoperabilidade, usabilidade, requisitos e padrões.

Ficou combinado que o Moreq-Jus será disponibilizado no Portal do CNJ para análise e sugestões até o dia 30 de julho, e, em um segundo momento, após as adaptações, ver-se-á a conveniência e oportunidade de se consultar o mercado.

Apresentação, discussão e aprovação da minuta de Resolução de Nivelamento

Foi dado o prazo de 10 dias para que todos os integrantes enviem críticas, sugestões, com justificativas, para o Sr. Ivan Bonifacio (ivan.bonifacio@cnj.jus.br). As informações serão compiladas em 5 dias e reenviadas para todos. A aprovação ficará para o próximo encontro.

Discussão de proposta de divulgação do projeto “Malote Digital” – Luis Fernando – TST

Objetivo: comunicação oficial entre as unidades, evitando papel. O acesso se dá via internet. Desde 01 de maio seu uso é oficial na Justiça do Trabalho.

Foram apresentados os objetivos e funcionalidades do sistema e demonstrado o uso via internet, apresentando características, envio sigiloso, envio individualizado, pesquisas e recibo de leitura. A assinatura digital ainda não está em uso. A função é transporte de documento,

como um correio, e é enviado por unidade.

Para adesão foi sugerida a oficialização formal e que cada tribunal decidirá sobre o uso. A solução para interligar o sistema entre todos os Tribunais virá, posteriormente, com o protocolo integrado e o e-Ping.

O Dr. Rubens destacou que o Presidente do CNJ autorizou o uso do sistema na tramitação de ofícios expedidos pelo Conselho, inclusive

Fica aprovado, ainda, que o CNJ buscará desenvolver aplicações para uso do “Malote Digital” para comunicação entre as presidências e corregedorias de cada tribunal.

Apresentação e discussão da proposta de questionário de Processo Eletrônico - Juiz Roberto Abreu Soares

Grupo 5 – Aplicação da lei 11.419 – Processo Eletrônico

O Questionário está dividido em:

1ª parte – Dados gerais

2ª parte - Funcionalidades desenvolvidas

3ª parte – Informações sobre tecnologia

4ª parte – Padronização para os documentos

5ª parte – Diário da Justiça Eletrônico (DJ-e)

6ª parte – Sobre o Cadastramento dos Advogados/serventuários/promotores/ delegados

Ficou definido que o Questionário será disponibilizado no Portal do Comitê para análise e críticas, no prazo de 10 dias. O resultado será apresentado na próxima reunião.

Referendo relativo ao modelo de arquitetura de sistema de controle de processos judiciais (referir a reunião em que ele foi aprovado)

Após a explanação do Dr. Paulo, o Grupo ratificou a arquitetura proposta para uso no E-Fiscal.

Estrutura Organizacional – Melhoria dos processos de trabalho em TI – Rosely e Flávio Feitosa

O grupo 2 apresentou sugestão ao Comitê de publicação de diretrizes para que o judiciário melhores seus processos na área de Governança de TI.

O grupo manifestou a necessidade de alocação de R\$ 30 mil para a publicação futura de um Manual/Cartilha de Governança de TI. Propôs, também, a criação de um grupo de consultores formados por servidores do próprio Judiciário para realização de capacitação e suporte aos órgãos interessados no tema Governança de TI. Sugeriu a formação de um grupo técnico para aprofundamento dos temas relativos ao Grupo 2.

Por sugestão do Secretário Geral, foi decidido que será elaborado um Planejamento Estratégico Nacional de TI. O Grupo 2, com apoio de Ivan e Declieux, apresentará, até a próxima reunião, uma proposta de Mapa Estratégico de TI (Objetivos e Indicadores) que deverá ser elaborado a partir dos dados levantados no questionário de governança.

Ficou decidido, ainda, que o Comitê avaliará a viabilidade de realização de encontros regionais para o desenvolvimento/detalhamento do Planejamento Estratégico Nacional de TI

Comentários Finais

Foi informado que a portaria nº 570, de 24 de junho de 2009, Institui Comitê Gestor do Sistema CNJ – Projudi, será publica amanhã (02/07/2009).

Será disponibilizada ferramenta integrada para realização de fóruns virtuais e guarda de arquivos. As senhas serão disponibilizadas pelo Departamento de Tecnologia da Informação do CNJ.

A próxima ficou agendada para dia 06 de agosto do corrente ano.